

Resenhas

MIDDLETON, Sue. *Disciplining sexuality: Foucault, life histories and education*. New York: Teachers College Press, 1998. 148 p.

Embora Camille Paglia insista que o Inferno de Dante reserva um espaço especial para Lacan, Derrida e Foucault (os quais não de “queimar eternamente em sua própria lama verbal”), inúmeros intelectuais continuam instigados pelas idéias daqueles inquietos pensadores. Este é o caso, por exemplo, de Sue Middleton, cujas últimas produções têm tido amparo especialmente em aportes foucaultianos.

Trata-se de uma autora neozelandeza, professora e pesquisadora da Universidade de Waikato (Hamilton), que muito tem publicado na Inglaterra e Estados Unidos. Longe de inserir suas reflexões no caos de um descompromissado relativismo, ela se inscreve entre os que se perfilam na busca de saídas alternativas — ainda que sempre incompletas — tentando identificar estratégias opressoras comumente emasculadas nas redes de poder que se atravessam no cotidiano escolar. De fato ela se vale de Foucault para delinear uma

rica combinação entre narrativas de histórias de vida e documentos “oficiais”, escavando possíveis pressupostos que sustentam as práticas disciplinadoras no dia-a-dia escolar.

Na publicação que aqui destaco — resultado de três grandes trabalhos pontuando histórias de vida de homens e mulheres que tenham atuado em sala de aula entre 1920-1995 na Nova Zelândia — ela lida exemplarmente com manifestações de diferentes personagens, envolvendo gênero, corpo e sexualidade, fazendo emergir práticas nem sempre identificadas por nós que temos sempre integrado este conhecido cenário. Articulado com engenhosa criatividade fontes de história oral e documentos de políticas públicas, a autora traz à tona reações de diferentes forças do poder disciplinador, entremeadas por curiosas narrativas que atestam resistências possíveis, geralmente sem o vigor suficiente para o enfrentamento às práticas seculares de coação.

O fato de o campo de investigação concentrar experiências entre professores daquele país não constitui uma limitação. Pelo contrário, a forma como dados e teoria se interconectam permite que sejam feitas várias extrapolações para a realidade brasileira. Na

verdade, quando se tratam de relações de gênero, corpo, sexualidade, as fronteiras geográficas parecem se anular.

Ainda que falemos diferentes linguagens e estejamos em culturas tão diversas, mais uma vez fica confirmado quanto somos semelhantes quando se trata deste micro-mundo da sala de aula.

Na medida em que se mergulha na leitura e inserimo-nos no contexto dos casos relatados, dificilmente deixamos de trazer à memória situações similares acontecidas com todos nós, eternos coadjuvantes da cena escolar, quer como professores, quer como alunos e, até mesmo, pesquisadores. O próprio Michel Apple, no prefácio, se sente fisgado e relata sucintamente duas histórias nas quais ele mesmo é protagonista, comprovando “o quanto o corpo se configura como elemento central para o exercício do poder”.

As práticas da autora, não só como professora e pesquisadora, mas também enquanto membro integrante do Tribunal de Publicações Indecentes da Nova Zelândia, permitem reflexões que se configuram como elementos de significativa importância para programas de formação de professores. Conforme ela própria afirma, “assumir este livro tem sido

uma estratégia pedagógica". Enfatizando as condições de possibilidades — históricas, políticas, culturais e econômicas — promovedoras de ações coercitivas sobre os corpos e mentes, levanta algumas questões do tipo: Como lidar com a tensão entre a censura e a promessa de liberdade, bandeira da democracia liberal? Até que ponto as teorias acerca da sexualidade, tão ascendentes nas últimas décadas, se deparam com suas contradições no espaço concreto das relações professor(a)-aluno(a)? Como idéias feministas encontram lugar entre os processos de escolarização? Que questões são, então, levantadas pelo movimento feminista e de que feminismo se trata?

No primeiro capítulo, há uma rica discussão aprofundando alguns dos pressupostos foucaultianos, conectando conceitos de disciplinarização dos corpos e respectivas imbricações nas práticas escolares contemporâneas. Já o segundo capítulo é dedicado a mapear o terreno onde se situam diferentes formas de controle da sexualidade, contados através de casos curiosos acontecidos em escolas secundárias, ao longo de décadas. Desde práticas e discursos claros e explícitos do início do século, passando por ações moralistas mais disfarçadas, porém igualmente repressoras, que acompanharam atitudes do pós-guerra. Há também preciosos depoimentos vinculados a movimentos de protestos e rebeldia, típicas práticas de resistências dos anos sessenta.

As histórias que se descortinam ao longo do segundo capítulo revelam como o castigo físico na escola foi sendo, aos poucos, substituído por diferentes mecanismos, burocráticos ou não,

todos mantendo os objetivos de adestramento e controle dos corpos. Paralelamente, entretanto, as narrativas revelam que tanto estudantes como professores não se constituem em meras vítimas passivas neste processo de regramento e manutenção do *status quo*. Como diz a própria autora, os depoimentos, sem denunciar uma Nova Direita monolítica ou um patriarcado homogeneizador, revelam tanto traços evidentes deste tipo de sociedade, como também reações adversas, por meio dos inúmeros exemplos do poder capilar que aqui e ali se insinuam, em múltiplas e contraditórias formas.

Relações entre diferentes perspectivas feministas, contrabalançadas por preciosos relatos acerca de experiências de sexualidade envolvendo doze professoras da geração pós-guerra, transformam o terceiro capítulo num conteúdo provocador. É significativo como a autora, enquanto feminista, encontra argumentos contundentes para desequilibrar manifestações dogmáticas de suas colegas, cujas premissas teimam em desconsiderar a complexidade das forças que se embatem nas lutas pelo poder, independente das instâncias em que se digladiam.

Permeando suas conclusões, Middleton lembra que "este mapa traçado a partir de baixo" serve, no mínimo, como alerta aos historiadores cujas análises tem se restringido a estudar a história da educação a partir de documentos que descrevem diretrizes emanadas de políticas públicas: é necessário, no mínimo, duvidar do que ali se diz, identificando as diferentes instâncias de poder ali mascaradas.

Nas páginas finais, fazendo um recorte temático, a autora reserva um momento especial para colocar na roda a preocupação de pais e

educadores em geral, acerca do livre acesso que crianças de hoje têm diante da pornografia nas páginas da Internet: de que forma o corpo e a sexualidade (principalmente da mulher) vêm sendo expostas neste veículo? Que saberes estão/estarão disponíveis? Por quem? Para quem? Que relações de poder governam a vida na Net? Estarão as escolas se constituindo em verdadeiros anacronismos? Não serão estas algumas das dúvidas prioritárias na medida em que entramos neste novo milênio?

De fato, Middleton, assim como outros autores já o fizeram, coloca na berlinda enunciados tanto marxistas como liberais — a ciência ocidental moderna como um todo — denunciando-os como discursos historicamente construídos. A originalidade em sua abordagem, porém, deriva da riqueza da empiria, permeada de histórias efetivas "inscríticas no corpo" dos entrevistados.

Ouso afirmar que mesmo quem compartilhe das loucas idéias de Camille Paglia, há de encontrar nesta obra inúmeras razões de leitura: além da qualidade de análises, do estilo lingüístico que adota e da prolifera bibliografia, Middleton, nesta obra, nos apresenta uma interessante ferramenta operacional, que muito pode contribuir para pesquisadores cuja empiria deriva de fontes orais e cujos objetivos lidam com processos cronológicos. Articular temas num horizonte temporal sem, com isso, prender-se a rígidos (e muitas vezes forçados) esquadrinhamentos, eis aí uma das possibilidades que se visualiza através do *NUD-IST Program*, do qual ela se vale. Segundo sua descrição, tal *software* ajuda a ler os dados transversalmente, criando "instantâneos textuais" em

alternadas fatias de tempo. Assim, lidando com depoimentos de diferentes épocas (professores que tenham atuado nos anos vinte, nos sessenta ou mesmo recentemente) e com diferentes categorias analíticas (etnia, gênero, classe, crença etc.) o conjunto da obra resulta numa harmoniosa polifonia, cujos acordes interligam, criativamente, narrativas verbais e fontes escritas.

Resta ainda dizer que a leitura nos prende ao longo das páginas, especialmente porque nos faz dar conta, mais uma vez, do quanto todos nós, professores e pesquisadores, estamos inseridos em práticas de dominação, assumindo neste cenário o papel de sujeitos e de objetos, quase na mesma intensidade em que proclamamos indignação e revolta diante do que “os outros” costumam dizer e fazer.

Beatriz Daudt Fischer
Doutoranda, Universidade
Federal do Rio Grande do Sul

*Jovens acontecendo nas
políticas públicas. Brasília:*
CNPD, 1998, 2 vols., 772 p.

Embora nos últimos anos tenha sido possível registrar visibilidade crescente em torno da questão juvenil, ainda são poucos os estudos e diagnósticos existentes no Brasil envolvendo esse ciclo de vida. Visibilidade e debate público em torno dos jovens, sobretudo na mídia, não significam, necessariamente, crescimento de ações ou políticas coerentes do Poder Público e intensificação do campo de estudos sistemáticos sobre juventude na pesquisa, em particular das ciências humanas. Mais ainda, se a década de 90 privilegiou a

legislação e o debate em torno dos direitos de crianças e adolescentes, expressos no ECA — Estatuto da Criança e do Adolescente —, a faixa etária não coberta pelo estatuto (18 a 24 anos), inexplicavelmente ficou obscurecida e o conhecimento mais denso das questões que compreendem esse segmento na sociedade brasileira permaneceu submerso.

Por essas razões, *Jovens acontecendo nas políticas públicas* reúne qualidades que a tornam publicação essencial para aqueles interessados em conhecer melhor a juventude brasileira, quer sob o ângulo da pesquisa ou sob a ótica do interesse político-social.

Os dois volumes pretendem, nas palavras de Elza Berquó — presidente da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento e responsável pela organização da publicação — “documentar a qualidade e o nível de vida a que estão sujeitos os jovens nesta difícil e desafiante fase do ciclo vital”. Talvez este seja o grande mérito da publicação, pois raramente esteve ao alcance de um público mais amplo descrições e informações relevantes para a compreensão dos segmentos juvenis que constituem, atualmente, 20% da população brasileira.

Divididos em grandes temas, os artigos que compõem a coletânea examinam a vida de 32 milhões de jovens situados entre 15 e 24 anos, compreendendo características sócio-demográficas que traçam a evolução desse segmento, incluindo as diferenças entre cidade e campo, cor, migrações, casamento, fecundidade e anticoncepção. Um extenso capítulo trata das condições de saúde apresentando índices de morbidade hospitalar e taxas crescentes de mortes juvenis, revelando que as causas externas — acidentes e violência — ocupam lugar

privilegiado: de 60 a 80% das mortes do sexo masculino e 20 a 50% do sexo feminino, em todas regiões do país. Nesse conjunto, a dimensão da mortalidade juvenil por armas de fogo é também examinada. No grupo de 15 a 19 anos verifica-se que a taxa de mortalidade por armas de fogo aumentou de 14, em 1980, para 37 por 100.000 habitantes em 1991 e, de acordo com Szkwarcecwald e Leal, autores do capítulo, esses índices são responsáveis pelo incremento da taxa geral de mortalidade específica para este grupo etário.

O segundo volume reúne artigos que examinam temas na área da educação, trabalho, previdência, cultura, gastos e políticas públicas. Os dados sobre educação, obtidos através da PNAD de 1995, do Censo Demográfico de 1991 e da Contagem Populacional de 1996, são examinados nos textos de Felícia Madeira e de Ana Lúcia Saboia. O material é abundante e se torna particularmente importante quando se incorpora a análise realizada por Affonso Rodriguez Arias que avalia a situação ocupacional e rendimentos do trabalho dos jovens nos anos 90. As relações complexas entre educação e mercado de trabalho podem ser melhor compreendidas mediante a leitura desses artigos que as examinam sob óticas diversas.

Os aspectos culturais são descritos tendo por cenário sobretudo a cidade de Salvador e os vários programas e projetos que têm sido desenvolvidos por ONGs no campo das práticas artísticas e culturais. São também analisadas as denominadas condutas juvenis de risco mediante artigo de Francisco Bastos e Beatriz Carlini-Cotrim que privilegia o tema consumo de substâncias psicoativas. Religiosidade e sexualidade são